

Teremos mais arroz, feijão e inflação; o choque não virá

Celso da Costa Sabóia (*)



Recreu-se a maioria das últimas mudanças nos rumos da política econômica do governo Sarney, com ou sem substituição de ministros e autoridades monetárias.

O fériado bancário, anunciado, desmentido e confirmado, da próxima segunda-feira, as greves do funcionalismo público, do Banco do Brasil e outras categorias menos votadas agravaram o clima de incerteza que domina o País desde a puxada dos 50% no "over", da anunciada inflação de 28,5% de outubro e dos prováveis 35% de novembro.

Previsões alarmistas ou interesseiras freqüentam jornais e a mídia eletrônica.

Vão das demissões em massa do funcionalismo à elevação de juros para impedir a fuga de capitais para o dólar, ouro, ações ou imóveis, passando pela moratória interna, congelamento do "over" e da poupança, otenização de preços, salários, tarifas e impostos e prefixação da correção monetária.

Na sua maior parte esses boatos e especulações não têm nenhuma probabilidade de se concretizar. Seriam medidas que, se tentadas, redundariam em redondos fracassos.

Despedidas em massa de funcionários, num ano eleitoral? Quem acredita? Quem terá coragem de demitir? Conta o historiador José Hermano Saraiva, em sua deliciosa "História Concisa de Portugal", que, em 1808, invadido Portugal pelos franceses, portugueses bonapartistas foram propor a Junot a adoção de medidas julgadas necessárias para equilibrar as finanças do Reino. Uma delas: reduzir de 110 mil para 80 mil o número de funcionários públicos. Solução: demitir 30 mil excedentes, que no entanto continuariam recebendo seus salários! Qualquer semelhança com a extinção do BNH incorporando o pessoal na Caixa, com propostas de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço e outras formas imaginosas

de continuar pagando os dispensados não é simples coincidência. E sólida tradição recebida das origens da nacionalidade. Embora haja condições de reduzir gastos de pessoal, com traumatismos mínimos, descartemos por ora qualquer medida séria nesta direção.

Choques fiscais, por decretos-leis ou votados pelo Congresso, temos-los tido regularmente nos últimos quatro ou cinco anos, ao fim de cada exercício, para vigorar no seguinte. As vezes no mesmo. Como membro da Comissão de Economia da Câmara, fui relator do choque fiscal de 1985. Ocorre que, graças à agilidade das empresas em repassar preços — em grande parte para o próprio governo, que é o maior comprador de bens e serviços neste País — e ao aumento geométrico da sonegação provocado pelas exageradas elevações de tributos, o resultado tem sido a sistemática redução, em termos reais, da arrecadação global de impostos.

É que ninguém concorda com o aumento de contribuição para governos que

arrecadam mal e gastam pessimamente. A sonegação é e continuará sendo ampla, geral e irrestrita, da venda sem nota ao pagamento da prestação de serviços sem recibo nem Imposto de Renda, enquanto não tivermos governo legítimo e confiável.

Moratória, congelamento de "over" ou poupança? Com parcela expressiva desta e a totalidade daquela sustentando a colocação de OTN, LET, OTE várias? Nem pensar. Como congelar, aplicar redutores ou reduzir substancialmente juros se os saldos de caixa diários de ministérios a modestas prefeituras, de estatais e poderosas fundações a pequenas escolas públicas; de grandes empresas a sindicatos de prédios residenciais ou botecos da esquina estão todos aplicados em poupança e "over"?

Otentizar preços, salários, tarifas e impostos será mais uma tentativa de congelamento. Não em cruzados, mas na nova moeda "OTN", fadado a fracasso igual ao do Plano Cruzado. Conforme a maior ou menor oferta do produto, o

maior ou menor poder dos sindicatos, a maior ou menor necessidade de caixa dos governos, preços, salários, tarifas e impostos variariam em "OTN", igualzinho aos cruzados. E o câmbio? Seria também otenizado?

Elevar taxas do "over", "open" ou títulos do governo — que embutem juros e correção — para compensar os aplicadores da erosão monetária provocada pela inflação é coisa que qualquer um entende. É a forma de forçá-los a manter suas aplicações em títulos públicos e evitar a explosão do consumo.

Justificar a necessidade desta elevação para evitar a fuga de capitais para o dólar, ouro, ações ou imóveis fica difícil entender, apesar de ser esta justificativa muito utilizada por numerosos comentaristas econômicos.

Se o volume de aplicações em títulos do governo se expressa por trilhões de cruzados; se só no "over" giram diariamente cerca de CZ\$ 35 trilhões, enquanto na bolsa, no ouro e no "black" os volumes diários não excedem a CZ\$ 30/50

bilhões, isto é, de 1 a 2 milésimos das aplicações sem "over", que espaço existe para uma fuga na direção daqueles ativos, mesmo ampliados pela aplicação em imóveis?

Além disso, quando alguém compra dólares, ouro, ações ou imóveis, paga em cruzados, moeda que, por não ser aceita em depósitos por bancos da Suíça, EUA, CEE ou Japão, retorna obrigatoriamente ao sistema financeiro nacional.

Como a elevação das cotações do dólar no "black", do ouro, das ações ou dos imóveis especulativos não se computa na apuração dos índices de custo de vida, estas altas, também pela estreiteza do mercado, não deveriam ser objeto de preocupação maior.

Portanto, vamos deixá-las flutuar à vontade. Abarão batendo no teto do mercado.

Restará, por último, a possibilidade de uma prefixação temporária, com redutores, da correção monetária, o que trará por certo um alívio de curto prazo, um tempo para pensar. Seu efeito só poderia ser dura-

douro se acompanhado de substanciais reduções do "deficit público", "et pour cause", das emissões de moeda, o que, paradoxalmente, tornaria a prefixação e os redutores desnecessários.

Enfim, qualquer choque exigiria, antes de mais nada, um governo legítimo, apoiado por sólida maioria parlamentar, com ampla credibilidade junto ao povo.

Continuaremos com arroz, feijão e inflação que, até lá, poderá, com paciência, produzir efeitos. É bom não esquecer que Cavaco da Silva e a normalização econômica da nação portuguesa só aconteceram após mais de dez anos da Revolução dos Cravos.

Saída mais rápida, por aqui, só com parlamentarismo, que legitime a curto prazo todos os mandatos, solidifique os partidos, ou com algum regime de exceção, o que seria lamentável.

Por tudo isso não haverá choque nenhum.

(*) Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Baded), ex-deputado federal.